



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# CLIPPING

## 24 de janeiro de 2018

- SÃO LUÍS – Portaria indicando sobre investigações sobre o conselheiro do TCE, Edmar Cutrim
- SÃO LUÍS – MPMA vai apurar a prisão irregular do estudante Thiago Arthur por 8 meses na Penitenciária de Pedrinhas
- SÃO LUÍS – Condenação do Estado e da Caema em função de dano ambiental no residencial Novo Tempo II, no bairro do Cohafuma
- SÃO LUÍS – Denúncia sobre atraso no pagamento de salários de funcionários dos restaurantes populares do Estado
- SÃO LUÍS – Denúncia sobre cortes dos salários dos servidores da empresa Gerir, que administra o Hospital de Traumatismo e Ortopedia do Estado, e falta de materiais básicos no local
- SÃO LUÍS – Período do defeso de caranguejo e camarão
- SÃO LUÍS – Protesto dos moradores da Santa Bárbara em função de péssimas condições da avenida central do bairro
- SÃO LUÍS – Protesto dos moradores da Santa Bárbara em função de péssimas condições da Estrada do Miritiua
- SÃO LUÍS – Restauração do prédio da Reffsa
- Polícia

**MPMA**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos (X) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	Top Social
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	04 (X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

**REPRESENTAÇÃO  
JUNTO AO TCE**

Em reunião realizada na manhã desta segunda-feira, 22, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e a procuradora-geral de Contas em exercício, Flávia Gonzalez Leite, entregaram ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), Caldas Furtado, uma Representação com o objetivo de normatizar o controle externo sobre a realização de eventos festivos custeados com recursos públicos. O documento ressalta que a prioridade da execução orçamentária deve ser o atendimento das políticas públicas que se referem ao mínimo existencial, ou seja, o necessário a manutenção da dignidade humana.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	<i>Estado</i>
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	06
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa			

## Paço do Lumiar Ex-presidente da Câmara é condenado por improbidade administrativa

Com base m Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, a Justiça condenou José Francisco Gomes Neto, ex-presidente da Câmara de Vereadores do município, por improbidade administrativa. A sentença baseia-se em diversas irregularidades encontradas na prestação de contas pelo Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2007. A Ação Civil Pública foi proposta pela promotora de justiça Gabriela Brandão da Costa Tavernard. A

sentença é assinada pela juíza Jaqueline Reis Caracas. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), que desaprovou a prestação de contas apresentada, foram encontradas irregularidades como dispensas indevidas de licitação; irregularidades em outros processos licitatórios, na modalidade convite; divergências entre o relatório de gestão e o saldo financeiro e pagamento de vereadores em desacordo com o que estabelece a Constituição Federal.

O TCE-MA também apontou pagamentos realizados sem empenho prévio, divergências de valor e atraso no repasse de contribuições previdenciárias, não recolhimento do Imposto de Renda de vereadores e o fato de que todos os cargos do Legislativo Municipal eram ocupados por servidores comissionados. Na sentença, a juíza afirma que José Francisco Gomes Neto “na condição de presidente da Câmara Municipal e principal ordenador de despesas, é quem autorizava a realização não só das despesas e pagamentos, mas também os processos licitatórios e os procedimentos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, e o responsável pela escolha de toda a equipe de trabalho, não podendo

se eximir de responsabilidade”. O ex-presidente da Câmara Municipal de Paço do Lumiar foi condenado ao ressarcimento de R\$ 172.076,35 aos cofres municipais, além do pagamento de multa de igual valor. Nos dois casos, o montante a ser pago deverá ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescidos de juros de 1% ao mês, contados desde dezembro de 2009. José Francisco Gomes Neto também teve seus direitos políticos suspensos por seis anos e está proibido de contratar ou receber benefícios do Poder Público, mesmo que por meio de empresa da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros <i>Informe JP</i>		
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	<i>03</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa

### Contas irregulares

Com base em Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, a Justiça condenou José Francisco Gomes Neto, ex-presidente da Câmara de Vereadores do município, por improbidade administrativa.

A sentença baseia-se em diversas irregularidades encontradas na prestação de contas pelo Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2007.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros <u>Atos, Fatos e Baratos</u>		
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	02	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa

## Desce

O ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Paço do Lumiar, José Francisco Gomes Neto, foi condenado pela Justiça por atos de improbidade administrativa. A sentença baseia-se em diversas irregularidades encontradas na prestação de contas pelo Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2007.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros		
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Ex-presidente da Câmara de Paço do Lumiar é condenado

Com base em Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, a Justiça condenou José Francisco Gomes Neto, ex-presidente da Câmara de Vereadores do município, por improbidade administrativa. A sentença baseia-se em diversas irregularidades encontradas na prestação de contas pelo Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2007.

A Ação Civil Pública foi proposta pela promotora de justiça Gabriela Brandão da Costa Tavernard. A sentença é assinada pela juíza Jaqueline Reis Caracas.

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), que desaprovou a prestação de contas apresentada, foram encontradas irregularidades como dispensas indevidas de licitação; irregularidades em outros processos licitatórios, na modalidade convite; divergências entre o relatório de gestão e o saldo financeiro e pagamento de vereadores em desacordo com o que estabelece a Constituição Federal.

O TCE-MA também apontou pagamentos realizados sem empenho prévio, divergências de valor e atraso no repasse de contribuições previdenciárias, não recolhimento do Imposto de Renda de vereadores e o fato de que todos os cargos do Legislativo Municipal eram ocupados por servidores comissionados.

Na sentença, a juíza afirma que José Francisco Gomes Neto “na condição de presidente da Câmara Municipal e principal ordenador de despesas, é quem autorizava a realização não só das despesas e pagamentos, mas também os processos licitatórios e os procedimentos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, e o responsável pela escolha de toda a equipe de trabalho, não podendo se eximir de responsabilidade”.

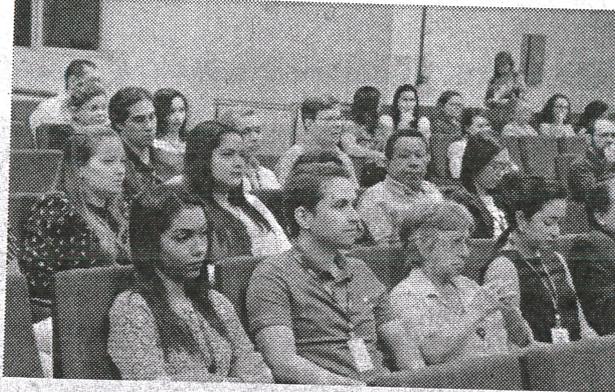


MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	Aconteceu	
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	02	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

DIVULGAÇÃO



## Saúde mental é tema de palestra promovida pelo Ministério Público

O Ministério Público do Maranhão promoveu, na manhã de ontem, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, a palestra "O que você não resolve em sua mente seu corpo transforma em doença", ministrada pelo psiquiatra Ruy Palhano. O evento reuniu membros e servidores e faz parte do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. Ao dar as boas-vindas aos presentes, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, lembrou que o Ministério Público incluiu em suas ações institucionais a campanha Janeiro Branco, com foco nos temas de saúde mental, a fim de promover ações de prevenção aos problemas nesta área e ampliar a qualidade de vida no ambiente do trabalho. Em sua explanação, Ruy Palhano destacou que os transtornos mentais são, em sua maioria, preveníveis e evitáveis, daí a importância de abordar este tema nas palestras em diversos ambientes, incluindo os órgãos públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	hora Extra
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	05
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Palestra sobre saúde mental é realizada na PGJ

O Ministério Público do Maranhão promoveu, na manhã desta terça-feira, 23, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, a palestra "O que você não resolve em sua mente seu corpo transforma em doença", ministrada pelo psiquiatra Ruy Palhano. O evento reuniu membros e servidores e faz parte do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Ao dar as boas-vindas aos presentes, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, lembrou que o Ministério Público incluiu em suas ações institucionais a campanha Janeiro Branco, com foco nos temas de saúde mental a fim de promover ações de prevenção aos problemas nesta área e ampliar a qualidade de vida no ambiente do trabalho. "Precisamos

refletir sobre nossas questões emocionais a fim de ter uma vida mais saudável".

Em sua explanação, Ruy Palhano destacou que os transtornos mentais são, em sua maioria, preveníveis e evitáveis, daí a importância de abordar este tema nas palestras em diversos ambientes, incluindo os órgãos públicos.

Palhano afirmou que a saúde mental tem um conceito mais amplo e não é apenas a ausência de doenças. O psiquiatra explicou que se trata de um estado de equilíbrio da pessoa consigo mesma e o meio social em que está inserida. "Assim, esse equilíbrio possibilita ao indivíduo alcançar bem-estar e qualidade de vida".

Nesse sentido, a saúde mental é um campo de estudo sem um único referencial e

por isso os estudos nessa área levam em conta fatores diversificados, como as questões psicológicas, clínicas e sociais.

O palestrante enfatizou que a saúde mental equilibrada depende do bem-estar físico e social, de um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos, civis, políticos, socioeconômicos e culturais. Também foram abordados aspectos, segundo a Organização Mundial da Saúde, que colocam em risco a saúde mental: rápidas mudanças sociais, condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável, violência e violação dos direitos humanos.

Da Administração Superior do MPMA, participaram da palestra o diretor da Secretaria para Assuntos Institucio-

nais, Marco Antonio Amorim; a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Ana Teresa Freitas; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos Costa; o subprocurador-geral do Ministério Público, Marco Antonio Anchieta Guerreiro; o procurador de justiça Teodoro Peres Neto; as procuradoras de justiça Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf e Iracy Martins Figueiredo Aguiar; e a chefe da Seção de Saúde Funcional, Márcia de Souza Rodrigues.

A programação também incluiu a realização de aula experimental de Tai Chi Chuan. Membros e servidores participaram da atividade, que combina exercícios corporais que envolvem respiração, concentração e preceitos da medicina tradicional chinesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

<b>VEÍCULO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
<b>EDITORIA</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
<b>DATA</b>	<b>24 / 01 / 2018</b>	<b>PÁG.</b>	<b>03</b>
<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

# Portaria do MP confirma pedido contra Edmar

Documento publicado pelo Ministério Público destaca que pedido de investigação contra conselheiro de contas partiu do Governo do Estado

A Portaria número 04/2018-31ª ProAd, assinada pela promotora de Justiça Sidneya Nazareth Liberato, atesta que o pedido de investigação de possível ato de improbidade administrativa cometido pelo conselheiro de Contas Edmar Cutrim, partiu do Governo do Maranhão.

O requerente, segundo aponta a portaria do Ministério Público, é a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC), comandada por Rodrigo Lago. Edmar Cutrim é ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão.

Logo após a repercussão do caso, o titular da STC passou a atacar o jornal em seu perfil em rede social, sugerindo que a informação não era verdade.

Rodrigo Lago questionou a abordagem jornalística do tema e disse que houve um "erro material" cometido pelo MP. Ele também afirmou que a notícia era "difamatória".

O posicionamento de Lago foi compartilhado pelo chefe do Executivo, governador Flávio Dino (PCdoB), secretários de Estado e pela imprensa

alinhada ao Palácio dos Leões.

Indiferente à postura nada republicana de Rodrigo Lago, O Estado reafirma o seu posicionamento, pautado na verdade, responsabilidade e com base em documento oficial publicado pelo Ministério Público estadual.

Foi o próprio MP quem atestou que o pedido de investigação partiu da Secretaria de Transparência, não O Estado.

## Constrangimento

A revelação de que o pedido de investigação ao MP foi formulado pela STC provocou constrangimento ao governador Flávio Dino.

Edmar Cutrim é aliado de Dino e tem um dos filhos, o deputado estadual Glalbert Cutrim (PDT), membro da base governista no Legislativo estadual.

A um blog na capital, Glalbert chegou a tratar do tema. Ele admitiu existência do pedido de investigação da STC.

"Meu pai não se mete em política partidária, o âmbito dele é outro. Esse caso requeentado sobre suposto ato de improbidade administrativa que envolvia a Secretaria de Transparência e Controle e o Ministério Público é assunto já arquivado no Superior Tribunal de Justiça", disse.

Edmar Cutrim, por outro lado, não se manifestou sobre o tema. ●

## PORTARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**OBJETO:** Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte do Conselheiro Edmar Cutrim.  
**REQUERENTE:** Secretaria de Estado da Transparência e Controle.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Promotora de Justiça, SIDNEYA M. M. NAZARETH LIBERATO, respondendo pela 31ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, art. 8º, §1º Lei Federal nº 7.347/85, art. 25, IV, "a" da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 26, V, "a" da Lei Complementar Estadual 013/91.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF/88);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promover as medidas necessárias à sua garantia, por meio da instauração de Inquérito Civil e da Ação Civil Pública, na proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e CF/88);

CONSIDERANDO que, de acordo com o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - CPG/CGMP, o prazo concluído das investigações da Notícia de Fato é de 30 dias, prorrogáveis, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato nº 25/2016, foi instaurada no âmbito desta Promotoria de Justiça Especializada em 17 de junho de 2016, tendo-se por havido o transcurso, no entanto, do prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua conclusão sem que tenham sido ultimadas as investigações;

CONSIDERANDO que referido procedimento tem como objeto apurar a NF nº 25/2016 que trata de possíveis ato de improbidade e crimes praticados contra a Administração Pública;

CONSIDERANDO a real necessidade de constituição de coleta de provas para apuração da suposta existência de improbidade administrativa para posterior ingresso da ação civil pública ou penal competentes, ou, se for o caso, promover o arquivamento dos autos;

RESOLVE:

INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL com vistas a apurar a existência de ato de improbidade administrativa promovendo a necessária coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências objetivando a instauração da ação civil e/ou penal ou eventual arquivamento do feito, se for o caso, adotando-se as seguintes providências:

I) Autuem-se os documentos objeto da Notícia de Fato nº 50/2015, com início a ser considerado a partir desta portaria certificando-se, nos autos, esta conversão e efetivando-se o devido registro final, sob a denominação de Inquérito Civil nº 04/2018 - 31ª PROAD, conforme a Resolução CNMP nº 23/2007 e Ato Regulamentar Conjunto nº 05/20 GPG/CGMP;

II) Ofício-se o Conselheiro Edmar Cutrim, comunicando-lhe a instauração deste Inquérito Civil;

III) Publique-se esta Portaria no Diário de Entrada desta Promotoria de Justiça, devendo, também, ser promovida a remessa à Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no Diário Oficial do Estado.

DESIGNO, para secretariar os trabalhos a Assessora de Promotor de Justiça MARIANA MAGALHÃES VIALOTADA nesta Promotoria de Justiça, devendo ser formalizado o devido termo de compromisso.

São Luís/MA, 16 de janeiro de 2018.

SIDNEYA M. M. NAZARETH LIBERATO  
Promotor de Justiça  
Respondendo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros <i>Estado Maior</i>				
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	03	( ) Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa

- A publicação de portaria do MP que atestou que pedido de investigação contra Edmar Cutrim partiu do governo provocou constrangimento a Rodrigo Lago.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate  
() Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog

EDITORIA

( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia Outros

DATA 24 / 01 / 2018 PÁG. 01 ( ) Gerada () Espontânea () Positiva ( ) Negativa



O ESTUDANTE THIAGO ARTHUR FICOU OITO MESES PRESO NA PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS DE FORMA IRREGULAR E NINGUÉM SABIA DE NADA

# Estudante passa oito meses preso em Pedrinhas de forma irregular; MP vai apurar

PÁGINA 7



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros	
DATA	24 / 01 / 2018
PÁG.	07
<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## MP-MA e OAB vão investigar caso de estudante preso irregularmente

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e a Ordem dos Advogados do Brasil informaram que vão investigar o caso do estudante Thago Arthur, de 21 anos, que ficou oito meses preso na Penitenciária de Pedrinhas sem ter sofrido denúncia ou ordem de prisão. Ele foi solto na segunda-feira (22).

De acordo com a juíza Oriana Gomes, a situação do estudante só foi descoberta após uma correção realizada no início deste mês pela Vara do Idoso de São Luís. Ela afirma que, no dia 09 de janeiro, foi recebido o inquérito vindo da Vara da Mulher e que depois foi para a Vara do Idoso. Lá constava que ele furtou alguém da casa dele que poderia ser de uma idosa.

Mas, segundo a juíza, a mãe dele não era idosa. Foi então que eles se perguntaram por que estavam com o

processo. Ao verificar o 'processo', perceberam que era um inquérito de réu preso e foram ver o que fazer. Foi aí que descobriram que estava registrado o flagrante no dia 27 de maio.

Na audiência de custódia feita uma dia depois da prisão, Thiago foi encaminhado para tratamento contra dependência química no Hospital Nina Rodrigues, em São Luís, mas acabou voltando para o presídio. O promotor Pedro Lino Silva, da vara de execução penal, disse que o Centro de Triagem de Pedrinhas não deveria ter recebido um preso com encaminhamento para tratamento.

"Houve uma falha nesse processo porque, depois da audiência de custódia, em vez de encaminharem para o Nina Rodrigues, encaminharam para a Central de Custódia e lá não tinha um processo vin-

culado. Não havia um processo ligando aquela prisão dele para que a vara respectiva pudesse marcar uma audiência de instrução ou encaminhar o processo para que o promotor pudesse fazer a denúncia e iniciar o processo propriamente dito. Então por isso que se diz que essa falha foi sistêmica porque houve, na verdade, um mau entendimento da parte das pessoas que executaram a ordem emanada da autoridade judiciária", afirmou o promotor.

Segundo Pedro Silva, no processo legal para a prisão de uma pessoa a primeira justificativa é a prisão em flagrante, que é a pessoa presa em flagrante delito ao praticar um crime, quando acaba de cometer ou quando é encontrado depois com instrumentos que possam presumir que ele tenha sido o autor da infração penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

<b>VEÍCULO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<b>EDITORIA</b>			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
		<input type="checkbox"/> Outros	
<b>DATA</b>	<b>24 / 01 / 2018</b>	<b>PÁG.</b>	<b>04</b>
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

## Jovem passa 8 meses preso ilegalmente em Pedrinhas

Juíza descobriu falha e acusa direção do presídio por manter o estudante no xadrez, mesmo com a decisão de enviá-lo para tratamento médico

A juíza titular da Vara do Idoso, Oriana Gomes, declarou ontem que pode haver pessoas presas de forma irregular no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, além do caso do estudante Thiago Arthur Fonseca Ferreira, de 21 anos. Segundo a magistrada, o estudante passou oito meses em Pedrinhas sem ter nenhuma denúncia ou ordem de prisão em seu desfavor e estaria até mesmo correndo o risco de ser assassinado ou incendiado.

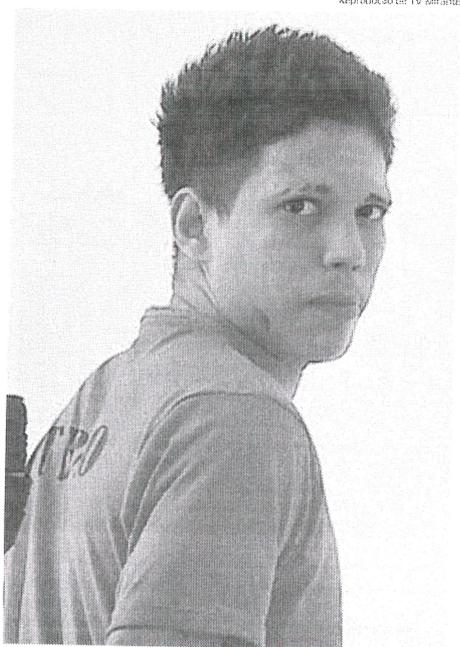
"Os presídios estão lotados e ele corria o risco de ser morto ou incendiado. Assim como esse rapaz, deve haver outros na cadeia. A falha foi da direção do presídio, mas todo mundo é responsável, no sistema", disse a juíza. Oriana Gomes declarou que a prisão ilegal do estudante somente foi descoberta quando foi feita uma correlação no início deste mês, pela Vara do Idoso.

Na última segunda-feira, Thiago Arthur foi ouvido pela juíza, e logo depois foi expedido o alvará de soltura. "O processo dele já devia ter acabado. Nós estamos pagando o preço por uma pessoa que poderia estar em casa comendo e já se recuperando com a mãe e com a família", declarou a magistrada.

### Caso

Thiago Arthur foi preso pela Polícia Militar em sua residência, no bairro do São Francisco, no dia 27 de maio do ano passado, por ter descumprido uma ordem judicial de ficar distante da avó, nome não revelado. Ainda segundo a juíza, no dia seguinte ele participou da audiência de custódia, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Cahau. O juiz plantonista determinou que Thiago Arthur fosse conduzido para ser submetido a tratamento contra dependência química, no Hospital Nina Rodrigues, localizado no Monte Castelo, mas acabou retornando ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O promotor do Idoso, Augusto Cutrim, disse que o Hospital Nina Rodrigues informou que o estu-



Reprodução em TV Mirante

Thiago Arthur Fonseca Ferreira, que ficou preso ilegalmente

### NOTA

A Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) informou ontem por meio de nota que foi cumprida a decisão à época da prisão: o preso foi levado ao Hospital Nina Rodrigues, onde passou por avaliação médica, e foi liberado para custódia convencional.

dante não tinha mais nenhum tipo de vício, pelo menos aparentemente, e naquele momento não necessitava ficar internado.

Ele declarou, ainda, que é incrível que uma pessoa fique tanto tempo presa dentro de uma unidade prisional diante de tantos

erros de órgãos do Governo, como também da própria Justiça. "De todos os órgãos, incluindo a Defensoria, Ministério Público, Judiciário, Sistema de Justiça do próprio Estado, Secretaria de Segurança e Sistema Penitenciário. Incrível uma pessoa permanecer dentro de uma penitenciária durante quase um ano e só hoje, quando uma juíza pega um processo, que foi uma questão de discussão de competência, se descobre que ele estava lá, preso em 'cárcere privado', desabafou o promotor.

A representante da Comissão de Política Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB/MA), Ana Carvalho, declarou que o estudante deve recorrer ao Estado para reparar o dano sofrido dentro do presídio, principalmente psicológico. ●

## Pedrinhas: mais um agente envolvido em crime

Mais um agente penitenciário temporário, Paulo Antônio dos Santos Viegas, foi preso, envolvido em ação criminosa. Somente este ano, já ocorreram dois casos. A Rádio Mirante AM divulgou ontem que um agente penitenciário temporário, lotado na Unidade Prisional São Luís 5 (UPRSL 5), foi detido em seu apartamento, em um condomínio na Ilha, onde foram encontrados droga, colete balístico, arma de fogo, capa do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP) e uma quantia de R\$ 5 mil.

A polícia e os "colegas de serviço" do agente estavam desconfiados de que estaria mantendo transações ilegais com internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, inclusive comercializando entorpecentes. Assim como poderia estar repassando armamento a integrantes de facções criminosas.

Na noite de segunda-feira, 22, os policiais realizaram uma busca no apartamento do agente penitenciário temporário, no Vinhais, e encontraram droga, armamento, colete balístico, capa do Geop e dinheiro.

No dia 5 de janeiro deste ano, a polícia prendeu o agente penitenciário temporário Genilson Costa Gomes, que era lotado na Unidade Prisional São Luís 3, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo a polícia, ele foi preso quando tentava repassar droga e celulares para internos.

### Confirmação

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), por meio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), confirma que na noite da última segunda-feira (22), Paulo Antônio dos Santos Viegas foi apresentado ao Plantão Policial do Cohatrac. O agente penitenciário temporário - exonerado do cargo, ontem - foi preso em um apartamento no bairro Angelim, em posse de papéis de uma substância semelhante ao crack. Em depoimento, Paulo Viegas confessou ser usuário de drogas. ●

## Matador do ex-prefeito Borges é condenado

Valtinho, envolvido no crime, ocorrido em 1992, foi condenado a 18 anos e 8 meses de prisão



Sessão do Tribunal do Júri que condenou o réu Walter Luiz Cantanhede

Walter Luiz Bastos Cantanhede, o Valtinho, está desde ontem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, para onde foi levado logo após a conclusão do seu julgamento pelo assassinato do ex-prefeito de Poção de Pedras Raimundo Mota da Silva, o Borges, ocorrido no dia 7 de setembro de 1992, no Conjunto Paraná, em Paço do Lumiar. Valtinho foi julgado pelo 2º Tribunal do Júri de São Luís, na segunda-feira, 22, e condenado a 18 anos e oito meses de prisão.

A sessão de julgamento foi presidida pelo juiz José de Ribamar Costa Júnior, e atuaram na acusação o promotor de Justiça Haroldo de Paiva Brito e na defesa o defensor público Thales Alessandro Pereira. A sessão se prolongou por mais de nove horas, período em que o acusado foi interrogado pelo Tribunal do Júri, que ouviu, ainda, duas testemunhas, o delegado Paulo Roberto de Carvalho, que na época estava na Delegacia Metropolitana e iniciou o inquérito policial do caso, e o motorista de Francisco de Alencar Sampaio.

Os jurados reconheceram as qualificadoras de motivo torpe e simulação, condenando o acusado por homicídio duplamente qualificado. Já o juiz afirmou que, considerando a gravidade e a hediondez do crime, bem como as circunstâncias de como o mesmo ocorreu, com evidenciada periculosidade do réu, de forma que emerge dos autos, havia a necessidade da prisão preventiva como medida de garantia da ordem pública.

### Denúncia

De acordo com a denúncia feita pe-

lo Ministério Público, Raimundo Mota da Silva, o Borges, estava em sua residência, no Vinhais, quando um homem conhecido como Rogério Furtado de Sousa, o Cosme, chegou alegando que iria levá-lo para falar com um desembargador, que providenciaria o seu retorno ao cargo de prefeito de Poção de Pedras. A vítima foi sequestrada, torturada, moria a tiros e o corpo, encontrado carbonizado em um terreno, no Paraná.

Ainda segundo a denúncia, Borges foi eleito prefeito de Poção de Pedras para o período de janeiro de 1989 a dezembro 1992, tendo como vice Francisco de Alencar Sampaio, o Chicão. O prefeito, durante seu mandato, foi afastado diversas vezes pela Câmara de Vereadores ou por decisão judicial e o cargo era ocupado por Chicão.

Na época do crime, Borges encontrava-se afastado do cargo e lutava na Justiça para retornar. A motivação do assassinato seria, conforme o Ministério Público, impedir o retorno de Raimundo Mota da Silva ao cargo de prefeito e efetivar Francisco de Alencar Sampaio como prefeito.

Os pronunciados pela Justiça nesse crime foram Rogério Furtado de Sousa, o Cosme, condenado ano passado a 28 anos de prisão, junto com José Teixeira Maciel e Valtinho Bastos Cantanhede, Francisco de Alencar Sampaio, o Chicão, teve extinta a sua punibilidade, por prescrição em 2012, ao completar 72 anos. Este já faleceu. Em 2013, a Justiça declarou extinta a punibilidade de Romão Bizarrias Vilarinho, outro envolvido na trama, por morte do agente. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

<b>VEÍCULO</b>			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
<b>EDITORIA</b>			
( ) Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	
<b>DATA</b>	24 / 01 / 2018	<b>PÁG.</b>	05 ( ) Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa

## Estado e Caema são condenados por dano ambiental e devem reformar estação de esgoto

O Estado do Maranhão e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) foram condenados em Obrigação de Fazer consistente na reforma da Estação Elevatória de Esgoto do Residencial Novo Tempo II, localizado em São Luís (Cohafuma). A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, titularizada pelo juiz Douglas de Melo Martins, também condena os dois órgãos ao pagamento de indenização por danos ambientais, no valor de R\$ 50 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos; assim como determina que, no prazo de um ano, efetivem a reforma da Estação de Esgoto, conforme melhor técnica disponível, de modo a eliminar os riscos de contaminação do meio ambiente.

A condenação determina também que a Caema apresente, no prazo de 90 dias, o projeto de reforma da Estação de Esgoto; e que Estado do Maranhão tome as medidas necessárias contra a Ceasa para fazer cessar a poluição ambiental causada pelo lançamento de esgoto in natura nos corpos hídricos localizados ao fundo do condomínio residencial Novo Tempo II, no prazo de 90 dias. O descumprimento das medidas será punido com multa diária de R\$ 1.000,00.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual, informando que recebeu representação do síndico geral do condomínio "Novo Tempo II", e afirmando que os órgãos seriam responsáveis solidariamente pela poluição causada aos manguezais próximos ao sítio Santa Eulália, em decorrência do lançamento de esgotos não tratados, oriundos do referido condomínio residencial, construído pelo Estado do Maranhão. O órgão ministerial argumentou que a Estação de Tratamento de Esgotos domiciliares foi construída em desobediência a alguns padrões técnicos, e que a Caema, mesmo chamada a assumir a responsabilidade sobre a estação, limitou-se a fechá-la para reparos em 28 de setembro de 2000 e, desde essa data, os esgotos continuaram a correr para o manguezal próximo sem nenhum tratamento.

A Caema afirmou que a estação estaria funcionando normalmente e que os dejetos gerados pelo Condomínio Novo Tempo estariam sendo desviados pela estação elevatória e jogados no Poço de Visita, área externa ao referido condomínio. Já o Estado do Maranhão, em sede de defesa, argumentou que não houve demonstração de que degradou o meio ambiente, afirmando que a Caema assumiu a responsabilidade

pelo lançamento dos esgotos não tratados. Uma audiência de instrução foi realizada, ocasião em que foram fixados os pontos controvertidos.

Segundo o juiz Douglas Martins, ficou comprovado durante a instrução processual o dano ambiental causado pelo Estado do Maranhão à área de manguezal e afluente do Rio Anil, decorrente do lançamento de esgotos sem tratamento, devendo também a Caema responder pela poluição, tendo em vista que, desde o momento que recebeu a administração da estação de tratamento de esgoto, demorou mais de dois anos para solucionar o problema do lançamento de efluentes sem tratamento. O magistrado citou documentos que culminaram para entendimento da sentença, como Relatório de vistoria realizada pela Gerência de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, no qual se afirma que a estação de tratamento de esgoto construída no Residencial Novo Tempo II possuía eficiência zero e que os dejetos produzidos no residencial eram lançados in natura no manguezal; Relatório de Inspeção Técnica realizada pela Caema em novembro de 2000, no qual também se confirma o lançamento de esgotos in natura em um córrego que deságua no Rio Anil; entre outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

## VEÍCULO

( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate  
(X) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog

## EDITORIA

( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia

Outros

Hora Extra

DATA 24 / 01 / 2018 PÁG. 05 Gerada (X) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

# CONDOMÍNIO NOVO TEMPO II Caema é condenada por dano ambiental e terá que reformar estação de esgoto

O Estado do Maranhão e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) foram condenados em Obrigação de Fazer consistente na reforma da Estação Elevatória de Esgoto do Residencial Novo Tempo II, localizado em São Luís (Cohafuma). A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, titularizada pelo juiz Douglas de Melo Martins, também condena os dois órgãos ao pagamento de indenização por danos ambientais, no valor de R\$ 50 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos; assim como determina que, no prazo de um ano, efetivem a reforma da Estação de Esgoto, conforme melhor técnica disponível, de modo a eliminar os riscos de contaminação do meio ambiente.

A condenação determina também que a Caema apresente, no prazo de 90 dias, o projeto de reforma da Estação de Esgoto; e que o Estado do Maranhão tome as medidas necessárias contra a Ceasa para fazer cessar a poluição ambiental causada pelo lançamento de esgoto in natura nos corpos hídricos localizados ao fundo do condomínio residencial Novo Tempo II, no prazo de 90 dias. O descumprimento das medidas será punido com multa diária de R\$ 1.000,00.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual,



A Caema foi condenada por causar danos ambientais na região do Condomínio Novo Tempo II

informando que recebeu representação do síndico geral do condomínio "Novo Tempo II", e afirmando que os órgãos seriam responsáveis solidariamente pela poluição causada aos manguezais próximos ao sítio Santa Eulália, em decorrência do lançamento de esgotos não tratados, oriundos do referido condomínio residencial, construído pelo Estado do Maranhão. O órgão ministerial argumentou que a Estação de Tratamento de Esgotos domiciliares foi construída em desobediência a alguns padrões técnicos, e que a Caema, mesmo chamada a assumir a responsabilidade sobre a estação, limitou-se a fechá-la para

reparos em 28 de setembro de 2000 e, desde essa data, os esgotos continuaram a correr para o manguezal próximo sem nenhum tratamento.

A Caema afirmou que a estação estaria funcionando normalmente e que os dejetos gerados pelo Condomínio Novo Tempo estariam sendo desviados pela estação elevatória e jogados no Poço de Visita, área externa ao referido condomínio. Já o Estado do Maranhão, em sede de defesa, argumentou que não houve demonstração de que degradou o meio ambiente, afirmando que a Caema assumiu a responsabilidade pelo lançamento dos esgotos não

tratados. Uma audiência de instrução foi realizada, ocasião em que foram fixados os pontos controvertidos.

Segundo o juiz Douglas Martins, ficou comprovado durante a instrução processual o dano ambiental causado pelo Estado do Maranhão à área de manguezal e afluente do Rio Anil, decorrente do lançamento de esgotos sem tratamento, devendo também a Caema responder pela poluição, tendo em vista que, desde o momento que recebeu a administração da estação de tratamento de esgoto, demorou mais de dois anos para solucionar o problema do lançamento de efluentes sem tratamento.

O magistrado citou documentos que culminaram para o entendimento da sentença, como Relatório de vistoria realizada pela Gerência de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, no qual se afirma que a estação de tratamento de esgoto construída no Residencial Novo Tempo II possuía eficiência zero e que os dejetos produzidos no residencial eram lançados in natura no manguezal; Relatório de Inspeção Técnica realizada pela Caema em novembro de 2000, no qual também se confirma o lançamento de esgotos in natura em um córrego que deságua no Rio Anil; entre outros.

# **NOTÍCIAS DIVERSAS**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

## VEÍCULO

( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos (X) Debate  
( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog

## EDITORIA

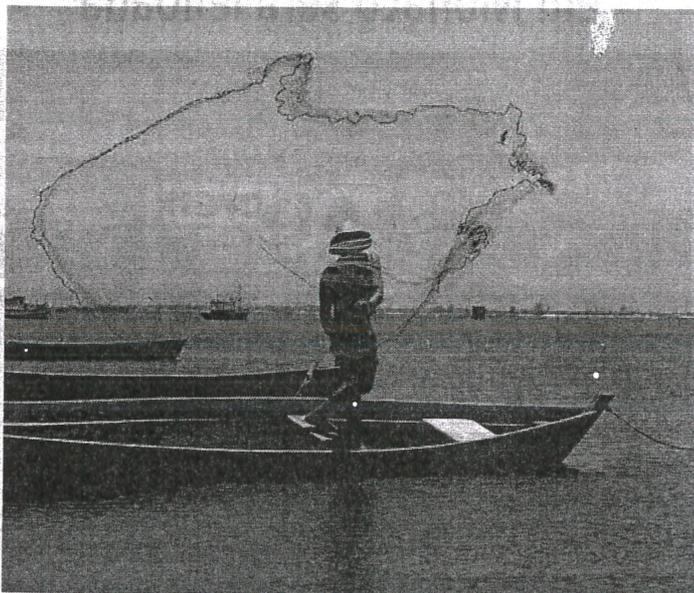
( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia Outros

DATA 24 / 01 / 2018 PÁG. 04 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# EmFoco



## Período de defeso



O período de defeso iniciou no mês de janeiro. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), juntamente com o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), vem fazendo fiscalização como forma de combater a pesca, transporte e comércio irregular e ilegal dos crustáceos. Quem for flagrado capturando ou comercializando o animal sofrerá as penalidades cabíveis. "O defeso compreende o período reprodutivo das espécies, por esse motivo, fica vedado o transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume das espécies proibidas, que não seja oriundo do estoque declarado pelo IBAMA", explicou o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Marcelo Coelho.

## Vistoria

Na semana passada, a SEMA vistoriou bares, restaurantes, feiras e mercados de São Luís, apreendendo cerca de 2 mil caranguejos vivos, 15 quilos de carne de caranguejo e mais de 100 quilos de camarão. Todas as pessoas físicas e jurídicas flagradas cometendo infração ambiental foram multadas. Após as apreensões e emissão dos autos de infração foi realizada a soltura dos animais nos manguezais próximos a ilha. A carne do caranguejo e camarão foi doada para o Programa Mesa Brasil do SESC. De acordo com o Engenheiro de Pesca da SEMA, Marcos Gaia, esse período é importante para preservar a espécie. "É muito importante que as pessoas físicas ou jurídicas que fazem a comercialização, que fazem a apanha, a coleta ou transporte desse produto, respeitem o período, porque é um período de reprodução. Respeitar esse período é a garantia da sustentabilidade dos recursos pesqueiros", destacou.

## Caranguejo Uçá

O período da proibição da pesca iniciou no dia 1º de janeiro no estado e irá até 23 de março, restando, ainda, as seguintes datas: 17 a 22 de janeiro; 1º a 6 de fevereiro; 16 a 21 de fevereiro; 2 a 7 de março; 18 a 23 de março.

## Camarão

O período de defeso iniciou no dia 1º de janeiro e se estende até o dia 30 de abril. Porém, de acordo com a portaria do Ministério do Meio Ambiente e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, devido às especificidades do litoral do Maranhão e das reentrâncias maranhenses, o defeso se estenderá até 31 de maio. No litoral maranhense, podemos encontrar três espécies de camarões: branco (*Litopenaeus schmitti*), rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*).



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Funcionários de restaurantes populares têm salários atrasados

O Estado confirmou que trabalhadores de sete unidades que oferecem refeições de segunda a sexta-feira não recebem pagamento desde novembro de 2017

Os funcionários dos sete restaurantes populares do Maranhão situados na região metropolitana (São Francisco, Liberdade, Sol e Mar, Anjo da Guarda, Cidade Olímpica, Maiobão e Coroadó) e vinculados diretamente à folha de pagamento do governo estadual estão sem receber salários desde novembro do ano passado. Apenas os servidores vinculados a uma terceirizada, que possui contrato com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), estão com o pagamento em dia.

O Estado esteve em alguns dos restaurantes e ouviu relatos dos funcionários, que preferiram não revelar os nomes, com medo de represálias. Uma funcionária lotada no restaurante popular no bairro da Liberdade disse que a situação é incômoda. "Não tem como a gente trabalhar com tranquilidade, desta forma. Estamos com contas atrasadas para pagar", disse.

Outra funcionária, também do restaurante da Liberdade, afirmou que, até o momento, nenhum representante do governo justificou as razões do atraso. Ela também confirmou que alguns trabalhadores já se articularam para faltar ao serviço e, desta forma, tentar pressionar o Estado. "Nós jogamos com as armas que temos. É, pelo jeito, somente temos esta", disse.

No restaurante popular do São Francisco, inaugurado pela atual gestão estadual em março de 2016, a situação atinge nutricionistas e fiscais, responsáveis pela administração do estabelecimento. "Eu brinco com os meus colegas que a gente não pode fazer qualquer gasto com cartão, pois a gente não tem



Restaurante popular do São Francisco é um dos que está com funcionários sem receber salários

## SAIBA MAIS

Os restaurantes populares são uma iniciativa do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal. Até agosto de 2014, eram seis unidades de distribuição quase gratuita de alimentos para a população, em especial, de baixa renda (Anjo da Guarda, Cidade Olímpica/Operária, Coroadó/Coroadinho, Liberdade, Maiobão e Sol e Mar).

### Horários

Os restaurantes populares funcionam de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 11h às 14h30 e das 17h às 19h30.

### Restaurantes populares na Grande Ilha

Anjo da Guarda: Rua México, 2 - próximo à Caixa Econômica  
Cidade Olímpica/Operária: Av. Jailson Souza Viana, nº 33  
Coroadó/Coroadinho: Avenida dos Africanos, nº 100-B  
Liberdade: Avenida Cambaia, nº 1215-A  
Maiobão: Av. 13, nº 7-A - próximo ao Viva Maiobão  
Sol e Mar: Avenida Sol Nascente, nº 3  
São Francisco - Rua 8, qd B, nº 18

como pagar depois", disse uma funcionária.

No Coroadó, um funcionário lotado no restaurante popular do bairro informou que não é o primeiro registro recente de salários atrasados. "Funcionário de restaurante popu-

lar vem sofrendo há muito tempo", afirmou. A informação foi negada por uma funcionária do restaurante popular da Liberdade. "Estamos com o salário atrasado, mas é a primeira vez que isso acontece aqui", disse.

O Governo do Estado, por meio

de nota, confirmou o atraso, no entanto - ao contrário do que foi dito por funcionários dos restaurantes - já quitou o salário de novembro e 13º terço. Ainda de acordo com o Governo, o mês de dezembro será acertado na próxima semana. ●

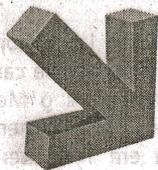


MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate			
(X) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	<i>hora Extra</i>
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	05 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

### Nota 0



Moradores de Santa Bárbara, na zona rural de São Luís, interditaram a principal rua do bairro, em protesto pelas péssimas condições de tráfego.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate		
<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

LAMAÇAL

# Moradores protestam contra a porcaria que se encontra a Estrada do Miritiua

Moradores de bairros localizados na região do Miritiua resolveram protestar contra a situação precária da estrada que interliga os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Em alguns trechos da via, mais precisamente nos territórios ribamarense e luminense, onde é calamitoso o estado de conservação da Estrada, populares utilizaram alguns muros para mandar recados aos prefeitos Luis Fernando Silva (PSDB) e Domingos Dutra (PC do B).

Sobrou até para o governador Flávio Dino (PC do B), uma vez que o último serviço de recuperação da via foi feito pela Secretaria de Estado



Prefeito Luis Fernando é "homenageado" em muros na Estrada do Miritiua.

de Infraestrutura (Sinfra).  
No último sábado, o edi-

tor do blog já havia tratado  
do assunto - reveja - com

base em denúncias feitas por  
moradores e motoristas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia    Outros <i>Estado Maior</i>				
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Ilegalidade

A empresa Gerir, que administra o Hospital de Traumatologia e Ortopedia, continua efetuando cortes nos salários de enfermeiros, técnicos e fisioterapeutas.

Aprovados em seletivo da Emserh, com salários fixados em R\$ 2.500,00, enfermeiros e fisioterapeutas foram admitidos pela Gerir, que se nega a pagar o valor integral.

O corte nos salários dos profissionais é de R\$ 500,00. Trata-se, talvez, da política de valorização do servidor público tão alardeada pelo Governo do Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros		Estado Maior
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## Precário

A situação do HTO, instalado na Clínica Eldorado, em caso que ganhou repercussão nacional conhecido como “aluguel camarada”, é preocupante.

Não há materiais básicos nas enfermarias, centro cirúrgico e UTI e o repouso de enfermeiros é precário.

Há também relato de alimentação inadequada. Profissionais que atuam no turno noturno estariam recebendo “quentinhas” de ovo frito com salsicha. Que coisa.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate  
( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog

EDITORIA

( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia Outros

DATA 24 / 01 / 2018 PÁG. 01 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Restauração polêmica

A derrubada de um dos anexos construídos anos após a construção original causou polêmica nas redes sociais. Iphan esclareceu que derrubada de parte do imóvel não tem valor histórico

SAMANTONY MARTINS

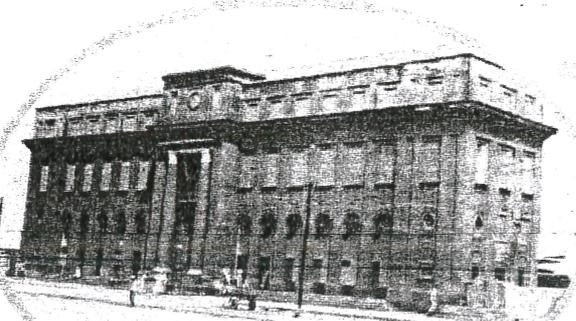
A revitalização do prédio onde funcionava a antiga Rede Ferroviária Federal S/A, popularmente conhecida como Rffsa, localizada na Avenida Beira-Mar, que será transformada em espaço de cultura, arte, entretenimento e vivência, causou um impacto nas redes sociais na tarde de ontem quando foram postadas as imagens de um trator derrubando um anexo onde funcionava a delegacia.

No prédio, que estava deteriorado e sem ocupação, funcionou por muitos anos a Estação João Lisboa, que foi inaugurada no ano de 1929. No local, centenas de maranhenses partiam diariamente para outras cidades do Maranhão e também para se deslocar dentro de São Luís. A Rffsa foi extinta no ano de 2007, mas a locomotiva parou de funcionar na década de 1980.

A obra de revitalização da antiga Rffsa, que faz parte das ações do PAC Cidades Históricas do governo federal, e contempla a restauração de todo o Complexo Ferroviário de São Luís, está sendo executada por meio de um projeto realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em parceria com o governo do estado e Prefeitura de São Luís, transformando a área em um novo cartão-postal da cidade.

Questionado pela equipe de O Imparcial sobre a derrubada de parte do imóvel da antiga estação ferroviária, o superintendente do Iphan no Maranhão, Maurício Itapary, esclareceu que o anexo que abrigou por anos várias delegacias foi retirado por conta de ter sido construído muito tempo depois do prédio original, e que ele não tinha nenhum valor histórico. "Esta é uma construção recente que foi feita posterior ao imóvel original, do antigo complexo ferroviário. Foi por isso que ele foi retirado do local. Vamos restaurar o prédio da antiga Rffsa obedecendo suas características originais. Para realizarmos esta obra, foi feita toda uma pesquisa histórica sobre o imóvel que, após sua restauração, vai servir de plataforma onde ficará exposta a locomotiva benedito Leite, que também foi restaurada", explicou Maurício Itapary.

Maurício Itapary lembrou

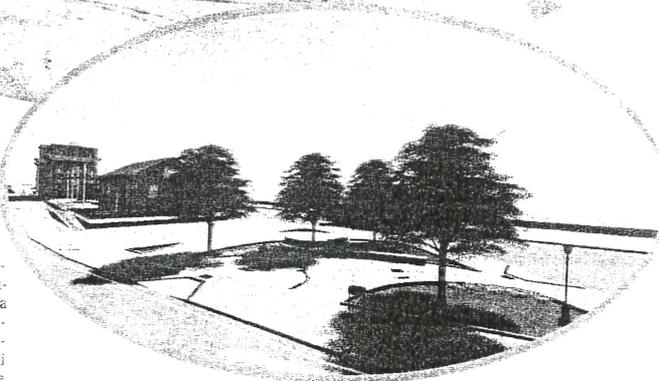


que a locomotiva, que circulava em São Luís desde 1920 e que passou décadas sendo um dos principais meios de transporte na capital, já foi reformada. A reforma do trem, que permaneceu sempre na Avenida Beira-Mar, foi executada por um instituto pernambucano, especializado em obras de monumentos históricos, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O trabalho foi concluído no ano passado, e atualmente a locomotiva encontra-se no pátio do Palácio Henrique de La Rocque até a conclusão final de toda obra para retornar para seu local original.

Maurício Itapary ressaltou ainda que o Complexo Ferroviário está inserido no conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico urbano da capital e é tombado pelo governo do estado, por meio do Decreto 10.089, de março de 1986, e que após a área ser totalmente restaurada será entregue à população mais um ponto de referência para o turismo e a cultura maranhense.

De acordo com o projeto, o novo prédio vai contar com espaços comerciais como cafeteria, choperia, galerias de arte, restaurante panorâmico e lojas, além de abrigar o Museu de Memória Ferroviária Maranhense e um setor de administração estadual. Também serão construídas três novas praças, uma delas em homenagem ao carnavalesco maranhense Joãozinho Trinta, e reformada a Praça Gomes de Souza que atualmente abriga o monumento de 350 anos de São Luís. Serão feitas ainda melhorias no entorno.

As praças terão áreas de



sombreamento com plantio de árvores nativas e conservação das existentes. Uma destas construções vai abrigar área de exposição da Locomotiva Benedito Leite, que será restaurada e receberá iluminação artística. A inclusão será plenamente atendida com obras de acessibilidade compatível ao sistema viário, com faixas de pedestres, rampas nas calçadas com contrapiso em concreto de alta resistência, além de sinalização tátil.

Para o guia turístico Simão Cirineu, que trabalha na área desde 1976, a reforma do Complexo Ferroviário da Rffsa vai contribuir muito com o turismo da cidade, mas está preocupado com a falta de proteção da locomotiva que, após a restauração, está sem proteção, pegando chuva. "Estávamos preocupados com o andamento da obra, porque não tínhamos informação de como ficaria e também não sabíamos da existência de um marketing sobre o local. Mas depois que soubemos da restauração acreditamos que este será um belo cartão-postal que será apreciado por maranhenses e turistas de todas as partes do mundo", disse o guia.

O prédio da Estação João

## Histórico de intervenções

Segundo Verônica Pires, arquiteta responsável pelo projeto, a Estação João Pessoa é classificada pelo Inventário do Patrimônio Ferroviário do Maranhão como uma estação de grande porte de estilo eclético, fazendo parte de seu complexo arquitetônico o prédio principal com três pavimentos mais mirante e um anexo. A inauguração desse ponto de embarque e desembarque de passageiros no Centro de São Luís ocorreu após quatro anos do Decreto nº 14.832 de 25, de maio de 1929, após a substituição da primeira planta feita em 1920. O engenheiro responsável pela obra foi Teixeira Brandão, diretor da Estrada de Ferro São Luís-Teresina. Na década de 1950, o prédio principal ganhou mais um andar completo e a instalação do relógio na fachada central do mirante.

Em 1957, quando a ferrovia foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S/A (Rffsa), a Estação João Pessoa passou a sediar a administração da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, permanecendo nesse local até a década de 1980, quando foi transferida Bairro do Tiririca, próximo ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagem. Ao longo do período de funcionamento da estrada de ferro São Luís-Teresina, até 1991, a Estação João Pessoa funcionou como ponto central de embarque e desembarque, funcionando para a ligação entre o interior e o porto da capital.

Pessoa foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que contou com historiadores, sociólogos, arquitetos, engenheiros, dentre outros. Onde foi realizado um minucioso resgate histórico e arquitetônico da edificação e entorno

imediatos em questão. Tivemos como objetivo principal resgatar as características originais da edificação, que se encontrava em avançado estado de deterioração, devido aos diversos usos aplicados ao imóvel, no passar dos anos.

A obra no prédio da Rffsa vai modificar toda a estrutura atual. O prédio principal terá, no pavimento térreo, ambientes de uso social, como recepção e salão de exposições, e de uso comercial, referentes aos três recintos destinados à locação. Ainda, sobreloja com salas para a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, passarela e piso de vidro que transpõe o hall de exposição, além de banheiros masculino, feminino e para pessoas com necessidades especiais.

O primeiro pavimento vai abrigar salas administrativas da Secretaria, além de uma sala de reunião e ambientes de serviço como copa, almoxarifado e banheiros. O segundo pavimento, pela vista privilegiada, vai contar com um restaurante panorâmico, salão de mesas, espaço para instalação de um bar, cozinha industrial, administração e banheiros.

Onde funcionava o arquivo será construído o escritório regional da Rffsa, no térreo, e o antigo anexo será demolido. No local, visitantes terão acesso à recepção, auditório e banheiros. Contempla ainda a construção de ambientes de serviço como copa e sala para guarda de todo o acervo existente.

Para a área do arquivo, está projetado, ainda, um mezanino para ambientes de trabalho de acesso restrito, com laboratórios de digitalização e de restauro, área técnica, sala de informática, diretoria com lavabo exclusivo e sala de reunião. Toda a iluminação da área próxima à Rffsa será reformulada e o espaço da praça vai ganhar projeto paisagístico.

---

**POLÍCIA**

---



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	04
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

# DRF prende suspeitos de roubar carros

Dupla é suspeita de integrar uma organização criminosa que roubava locadoras. Altevi Júnior e Sandro Baima foram encaminhados ao sistema penitenciário

**A** Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Roubos e Furtos - DRF em operação realizada no Cohatrac, deu cumprimento a mandados de prisão preventiva contra duas pessoas suspeitas de integrarem uma organização criminosa especializada em roubos de veículos de locadoras.

Altevi Castro Gomes Júnior e Sandro Henrique Marques Baima foram presos após investigação que durou cerca de um ano. A DRF identificou que o grupo falsificava identidades e usava documentos públicos falsos.

Após os carros serem roubados, eram “esquentados” pelo

grupo, vendidos a terceiros por indivíduos conhecidos no comércio de carros, na feira da Cohab, a famosa “Pedra”.

Além das prisões, a operação logrou êxito na apreensão de documentos e de um veículo GM Ônix, de cor branca, pertencente à locadora Localiza.

Outros veículos suspeitos também foram apreendidos e passarão por perícia de adulteração.

Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara Criminal da Capital e, após os cumprimentos, os suspeitos foram encaminhados ao sistema penitenciário, onde permanecerão à disposição da Justiça.



Altevi Júnior e Sandro Baima foram capturados no bairro do Cohatrac



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate		
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
		Outros	
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	04
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

# Descoberto esquema de roubo de veículos de locadoras em SL

Quadrilha atuava no Maranhão, Pernambuco e Ceará locando carros de luxo, alterando a documentação para vendê-los; duas pessoas foram presas ontem em São Luís, e a polícia procura mais sete envolvidos nos três estados

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

Uma organização criminosa interestadual, acusada de locar veículos, principalmente de luxo, para revender a terceiros, foi desarticulada ontem em uma incursão realizada pela Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), na Região Metropolitana de São Luís. Segundo a polícia, os criminosos agiam principalmente no Maranhão, Pernambuco e Ceará. O prejuízo das locadoras está em torno de R\$ 500 mil. A polícia investiga a possibilidade de participação de funcionários públicos nessas ações.

Dois envolvidos nesse crime, Altevi Castro Gomes Júnior e Sandro Henrique Marques Bayna, foram presos ontem em São Luís, mas faltam ainda sete mandados de prisão a serem cumpridos, quatro no Maranhão, dois na capital cearense e um em Pernambuco.

O delegado Marconi Matos, titular da DRF, disse ontem que os dois criminosos, presos em sua residência no bairro Coharrac, vão responder pelos crimes de organi-



Altevi Castro e Sandro Henrique que foram presos ontem por policiais da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF)

zação criminosa e furto. Em poder deles, quatro veículos, que seriam oriundos dessas ações, foram apreendidos. Os detidos foram le-

vados para a sede da DRF na Vila Palmeira, onde prestaram esclarecimentos, e ainda ontem foram levados para o Complexo Peniten-

ciário de Pedrinhas.

A polícia realizou, também, buscas em outros bairros da Ilha para cumprir os outros mandados, mas

não obteve sucesso. Já os mandados fora do Maranhão devem ser cumpridos ainda esta semana. "Esses criminosos mudam de endereço constantemente, para dificultar o trabalho da polícia", declarou o delegado.

## Investigação

Marconi Matos disse que proprietários de algumas locadoras instaladas em São Luís chegaram

mente eram vendidos a preço de mercado no interior ou em outros estados da região nordestina. Já os carros furtados fora do Maranhão eram vendidos em São Luís. A maioria desses veículos era comercializada em uma feira na Cohab conhecida como Pedra. Durante as investigações, a polícia comprovou, nesse primeiro momento, o envolvimento de nove pessoas no esquema, seis deles re-

## Quatro veículos foram apreendidos

a denunciar, em dezembro de 2016, ao comando da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que os seus veículos estavam sendo furtados por quadrilheiros. A polícia começou a investigar e constatou que os criminosos utilizavam documentos falsos para alugar os veículos, adulteravam a documentação e em seguida os vendiam.

Ainda segundo o delegado, os veículos furtados na Ilha geral-

## Funcionários públicos podem estar envolvidos

sidentes em São Luís.

Marconi Matos informou que as investigações prosseguem, já que a possibilidade de haver funcionários públicos envolvidos nesse esquema. "Há indícios de funcionários públicos no esquema de falsificação dos documentos dos veículos, mas já está comprovado que essa organização criminosa tem pessoas especializadas em adulterar a documentação desses carros", explicou o delegado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	12
<input type="checkbox"/> Gerada		<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva
<input type="checkbox"/> Negativa			

# Primos são presos por integrarem quadrilha especializada em furtar veículos de locadoras

NELSON MELO

Em cumprimento a mandados de prisão preventiva, dois integrantes de uma quadrilha interestadual de subtração de veículos mediante fraude foram capturados em uma operação realizada pela Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) na capital maranhense, nessa terça-feira (23). De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, o grupo atua, também, na falsificação de documentos públicos com o intuito de alugar carros. O titular da DRF, delegado Marconi Matos, comunicou que os investigadores saíram em campo para dar cumprimento a mandados de prisão decretados pela 1ª Vara Criminal de São Luís, expedidos contra os envolvidos nessa quadrilha, mas, simultaneamente, a Polícia Civil fazia a mesma operação em outros dois estados da federação, incluindo Ceará e Pernambuco. Em São Luís, no Conjunto do Cohatrac, foram



Os primos Altevir e Sandro foram capturados em cumprimento a mandados de prisão por envolvimento em furto de veículos

localizados Altevir Castro Gomes Júnior e seu primo, Sandro Henrique Marques Baima. A fonte disse que os policiais, no decorrer das incursões, apreenderam quatro

veículos. O grupo, conforme Matos explicou, falsificava documentos, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e seguiam

às locadoras, mas não restituíam os veículos, pois se apropriavam desses automóveis. De outros estados, os criminosos, comparsas destes da capital maranhense, transferiam carros para o Maranhão. Sentindo-se prejudicados, os proprietários de locadoras procuraram a Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), que deu aval para o início da investigação sobre o caso. A investigação na DRF, como Marconi lembrou, começou em dezembro de 2016. Altevir e Sandro irão responder por furto mediante fraude, uso de documento falso e organização criminosa. Também da Delegacia de Roubos e Furtos, o delegado Thiago Dantas acrescentou que os suspeitos "esquentavam" os automóveis e os vendiam a outras pessoas na "Pedra", região situada na feira da Cohab-Anil, em São Luís. O objetivo, agora, é localizar os outros quatro foragidos na capital maranhense e mais três no Ceará e Pernambuco.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## DRF EM AÇÃO

# Presos primos integrantes de quadrilha de furto de veículos em locadora

Em cumprimento a mandados de prisão preventiva, dois integrantes de uma quadrilha interestadual de subtração de veículos mediante fraude foram capturados em uma operação realizada pela Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) na capital maranhense, nesta terça-feira (23). De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, o grupo atua, também, na falsificação de documentos públicos com o intuito de alugar carros.

O titular da DRF, delegado Marconi Matos, comunicou que os investigadores saíram em campo para dar cumprimento a mandados de prisão decretados pela 1ª Vara Criminal de São Luís, expedidos contra os envolvidos nessa quadrilha, mas, simultaneamente, a Polícia Civil fazia a mesma operação em outros dois estados da federação, in-



Os dois suspeitos foram encontrados no Conjunto do Cohatrac

cluindo Ceará e Pernambuco. Em São Luís, no Conjunto do Cohatrac, foram localizados Altevir Castro Gomes Júnior e seu primo, Sandro Henrique Marques Baima. A fonte disse que os policiais, no decorrer das incursões, apreenderam quatro veículos.

O grupo, conforme Matos explicou, falsificava documentos, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e seguia às locadoras, mas não restituía os veículos, pois se apropriava desses automóveis. De outros estados, os criminosos, comparsas

destes da capital maranhense, transferiam carros para o Maranhão. Sentindo-se prejudicados, os proprietários de locadoras procuraram a Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), que deu aval para o início da investigação sobre o caso.

## Agente penitenciário é preso com droga e dinheiro dentro de Pedrinhas

Mais um agente penitenciário foi preso com droga em uma unidade prisional do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

O agente penitenciário temporário foi identificado como Paulo Antônio dos Santos Viegas, lotado na Unidade Prisional São Luís 5 (UPRSL5).

Ele foi preso na noite de segunda-feira (22) com drogas, colete balístico, capa do GEOP e R\$ 5 mil em espécie.

Paulo Viegas estava em

seu apartamento no momento do flagrante. Ele foi levado para a Delegacia da Cidade Operária (DECOP), onde foi autuado em flagrante.

Em seguida, o agente foi encaminhado para o Centro de Triagem no Complexo Penitenciário, em São Luís.

**OUTRO CASO** - Na tarde do último dia (5), o agente penitenciário temporário Genilson Costa Gomes, lotado do Presídio São Luís (PSL) 3 foi preso ao tentar repassar

drogas e celulares para detentos.

Não seria a primeira vez que Genilson tentaria beneficiar presos com objetos, neste caso droga e celulares. Recentemente, ele deu um carro de presente à esposa, chegando a postar fotos em sua rede social.

Há suspeita que a compra do carro tenha sido feita com dinheiro repassado por detentos por conta do recebimento de celulares e drogas.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate
<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
Outros	Estado
DATA	24 / 01 / 2018
PÁG.	06
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Poção de Pedras

# Acusado pela morte de prefeito é condenado a 18 anos de reclusão

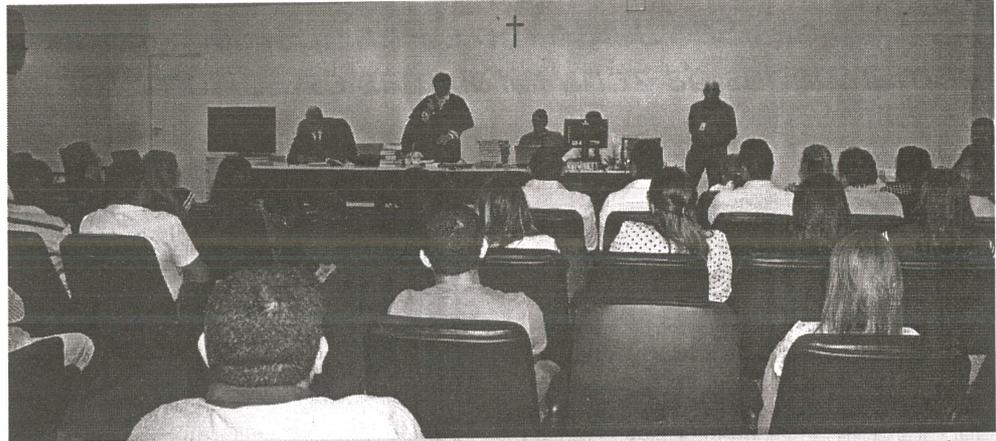
DIVULGAÇÃO

Valter Luiz Bastos Cantanhede, o 'Valtinho', foi condenado a 18 anos e 8 meses de reclusão pelo assassinato do prefeito de Poção de Pedras (MA), Raimundo Mota da Silva, conhecido por 'Borges'. O julgamento ocorreu nessa terça-feira (22), no 2º Tribunal do Júri de São Luís, e o juiz José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, que presidiu a sessão, decretou a prisão preventiva do acusado e o encaminhou ao sistema penitenciário para cumprir a pena em regime fechado. O réu e mais duas pessoas foram acusados de sequestrar, torturar e assassinar a tiros, além de carbonizar e ocultar o corpo da vítima.

O crime ocorreu no dia 17 de setembro de 1992, no Conjunto Paranã, próximo ao Maiobão (Paço do Lumiar) e, na época, Raimundo Mota da Silva estava afastado do cargo de prefeito por decisão judicial. Os outros dois acusados – Cosme José Teixeira Maciel e Rogério Furtado de Sousa – foram condenados, cada um, a 28 anos e 15 dias de reclusão, em setembro do ano passado, e também tiveram as prisões decretadas. Segundo a denúncia do Ministério Público, eles cometeram o crime a mando de Francisco de Alencar Sampaio, conhecido por Chicão (vice-prefeito de Poção de Pedras), e Romão Bizarrias Vilarindo (tesoureiro da prefeitura).

### SESSÃO DO JÚRI

No julgamento de Valter Luiz Bastos Cantanhede, os jurados reconheceram as circunstâncias qualificadoras de motivo torpe (aquele considerado como imoral, vergonhoso, repudiado moral e socialmente) e simulação, condenando o acusado por homicídio duplamente qualificado. Na sentença, o juiz José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior afirma que "considerando a gravidade e a hediondez do crime, bem como as circunstâncias de como o mesmo ocorreu, resta evidenciada a periculosidade do réu, de forma que emerge dos autos a necessidade da prisão preventiva como



Júri do acusado Valter Luiz Bastos Cantanhede, por envolvimento na morte do ex-prefeito de Poção de Pedras

medida de garantia da ordem pública". Valter Luiz Bastos Cantanhede compareceu ao julgamento, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), e foi interrogado no Tribunal do Júri, em que também foram ouvidas duas testemunhas: o delegado Paulo Roberto de Carvalho, que na época estava na Delegacia Metropolitana e iniciou o inquérito policial do caso, e o motorista de Francisco de Alencar Sampaio. A sessão começou por volta das 9h e terminou no início da noite. Atuaram na acusação o promotor de justiça Haroldo de Paiva Brito e na defesa o defensor público Thales Alessandro Pereira.

### CRIME

Conforme a denúncia, no dia 17 de setembro de 1992, por volta das 15h30, Raimundo Mota da Silva encontrava-se em sua residência, no Conjunto Vinhais, em São Luís, quando Rogério Furtado de Sousa chegou alegando que iria levá-lo à presença de um "Desembargador", que providenciaria o retorno de Borges ao cargo de prefeito de Poção de Pedras. A vítima foi sequestrada, torturada, morta a tiros e o corpo

carbonizado foi encontrado em um terreno no Conjunto Paranã. Consta nos autos que Borges e Chicão foram eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Poção de Pedras, para o período de janeiro de 1989 a dezembro 1992, sendo o prefeito afastado por diversas vezes pela Câmara de Vereadores ou por decisão judicial e o cargo ocupado pelo vice-prefeito. De acordo com a denúncia, quando foi assassinado, Borges encontrava-se afastado do cargo e pretendia retornar, pois havia ingressado com um recurso na Justiça. A motivação do assassinato seria, conforme o Ministério Público, impedir o retorno de Raimundo Mota da Silva ao cargo de prefeito e efetivar Francisco de Alencar Sampaio como prefeito. Foram pronunciados pela Justiça Rogério Furtado de Sousa, Cosme José Teixeira Maciel e Valter Luiz Bastos Cantanhede. Já o denunciado Francisco de Alencar Sampaio teve extinta sua punibilidade, por prescrição, no ano de 2012, quando estava com 72 anos de idade. Em 2013, foi declarada extinta a punibilidade de Romão Bizarrias Vilarindo, por morte do agente.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog	
EDITORIA	
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	24 / 01 / 2018
PÁG.	12
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa	

# Mais um agente penitenciário temporário é preso em S. Luís

Em menos de um mês, mais um agente penitenciário temporário foi preso em São Luís, na noite de segunda-feira (22). Paulo Antônio dos Santos Viegas, lotado na Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 5 (UPRSL 5), unidade do antigo Complexo Penitenciário de Pedrinhas, foi flagrado com drogas, colete balístico e R\$ 5 mil em dinheiro vivo, segundo a polícia.

O Jornal Pequeno apurou com suas fontes que, no apartamento de Paulo, além dos materiais já citados, havia uma capa do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop), uma espécie de unidade de elite do sistema carcerário maranhense.

Do local, o agente penitenciário foi encaminhado ao Plantão de Polícia Civil da Cidade Operária, e, logo depois, ao Complexo Penitenciário São Luís.

## OUTRO AGENTE PRESO

Outro agente penitenciário temporário, identificado como Genilson Costa Gomes, havia sido preso no dia 5 deste mês quando tentava entrar na Penitenciária Regional de São Luís (PRSLZ), unidade do antigo Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com 451 gramas de uma substância parecida com maconha. Ademais, ele levava cinco celulares e carregadores. De acordo com a Secretaria de Estado de Administração

Penitenciária (Seap), o Serviço de Inteligência do sistema prisional monitorava o agente penitenciário há alguns dias, sendo que seus próprios colegas de farda o prenderam. Genilson foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil para os procedimentos necessários a esse tipo de situação.

A Seap comunicou que iniciou imediatamente um processo de exoneração do agente penitenciário por conta do flagrante, conduta inadmissível para alguém que deveria preservar a ordem dentro dos estabelecimentos carcerários. O caso foi encaminhado à Superintendência de Combate à Corrupção (SECCOR). (NELSON MELO)

## Homem que colocou tornozeleira eletrônica em namorada é preso

Foi preso, na manhã dessa terça-feira (23), Ismael da Silva Miranda, de 19 anos, no município de Timon, localizado no leste do Maranhão. Ele, como foi bastante divulgado na imprensa maranhense, rompeu sua tornozeleira eletrônica e colocou o equipamento na perna da sua namorada, de 14. A jovem, inclusive, publicou várias fotos nas redes sociais em que aparecia com o objeto no tornozelo.

Ismael, segundo informações policiais, foi capturado no bairro Bela Vista, logo nas primeiras horas, por volta das 6h. Conforme relatado pelo delegado regional de Timon, Humaitan Silva de Oliveira, o suspeito estava usufruindo de liberdade provisória, quando passou a ser monitorado pela tornozeleira. Entretanto, nesse intervalo, ele retirou o equipamento e o instalou na perna da sua namorada, e ainda postou as fotos nas redes sociais, "tirando onda" com a Justiça, com o Ministério Público e com a Segurança Pública. De acordo com o delegado, Ismael rompeu o equipamento no dia 27 de dezembro de 2017, mas, assim que foi capturado, ele se defendeu alegando que a sua irmã foi a responsável por danificar a tornozeleira. (NM)

DIVULGAÇÃO



Ismael estava em liberdade provisória, retirou tornozeleira e colocou na perna da namorada

## Testemunha ocular de homicídio é encontrada morta em matagal

Por volta das 11h30 dessa terça-feira (23), o corpo de um adolescente foi encontrado dentro de um matagal no cruzamento dos bairros Setúbal e Vila Pedro Brito, no município de Bacabal/MA. A vítima foi reconhecida como sendo Wesley, cuja alcunha era "Das Quebradas". O rapaz era testemunha ocular de um assassinato ocorrido no último dia 12, na mesma cidade.

O garoto estava com os pés amarrados e, provavelmente, não foi morto na vegetação, mas, sim, em outro local, segundo o delegado regional de Bacabal, Elson Ramos. O adolescente tinha várias perfurações com características de arma branca e lesões geradas por pauladas. Para o delegado, tudo indica que se trata da famosa "queima de arquivo", uma vez que "Das Quebradas" presenciou um homicídio que teve como vítima Carlos Alberto Monteiro Gomes, 24.

Carlos Monteiro foi executado com três disparos de arma de fogo no dia 12 de janeiro deste ano. Elson Ramos frisou que o adolescente já tinha prestado depoimento sobre este homicídio e informado, aliás, o nome do autor do delito. (NM)

## Edson Lobão Criminosos invadem casa e matam idoso com tiros na cabeça

No município de Governador Edson Lobão, no sudoeste do Maranhão, um idoso de 63 anos foi assassinado com disparos de arma de fogo dentro da casa onde morava, na Rua Santa Rita, na noite de segunda-feira (22). A vítima, segundo comunicou a Polícia Militar, recebeu aproximadamente três tiros na cabeça e morreu no local, que foi invadido por dois suspeitos.

Os policiais militares que estiveram na residência do idoso apuraram que dois homens desceram de uma motocicleta, que ficou estacionada em frente à casa da vítima, e adentraram no imóvel. Lá dentro, sem muita conversa, atiraram na cabeça de Eusébio Borges Leal, como foi identificado. Ele, atualmente, portava tornozeleira eletrônica e já tinha passagens em delegacias por tráfico de drogas. (NM)

## Seis vítimas do atropelamento em Copacabana ainda estão internadas

Seis vítimas do atropelamento na Praia de Copacabana, na última quinta-feira (18), continuam internadas em hospitais do Rio de Janeiro. No Hospital Miguel Couto, na Gávea, na zona sul, estão cinco pacientes: um menino de 7 anos; e quatro adultos, três deles, de 36 anos, 41 anos e 38 anos, têm quadro estável.

O outro paciente internado no Hospital Miguel Couto é o australiano Daniel Marcos Philips, de 68 anos, que sofreu traumatismo craniano. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, ele ainda está na UTI e o quadro clínico é gravíssimo. O australiano vive no Rio de Janeiro há cerca de 20 anos. No Hospital Souza Aguiar, no Centro do Rio, uma das vítimas do atropelamento, de 32 anos precisa de cirurgia específica e por isso aguarda transferência para um hospital de alta complexidade em ortopedia. O acidente foi provocado por Antônio de Almeida Anaquim, que alegou ter sofrido um ataque de epilepsia. No total, 18 pessoas foram atingidas, entre elas um bebê de 8 meses, Maria Louise, que não resistiu aos ferimentos e morreu em uma Unidade de Atendimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	04
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

NO MARACANÃ.....

## Suspeito de matar jovem é capturado

A Polícia Civil do Maranhão deu cumprimento ao mandado de prisão contra uma pessoa suspeita de homicídio, no bairro do Maracanã. O caso aconteceu no dia 4 de dezembro de 2017.

Erik de Jesus Passos foi preso em virtude de ser suspeito de ter assassinado Edson Francisco Silva Oliveira, nas proximidades do Residencial Ribeira, no bairro do Maracanã, Zona Rural de São Luís.

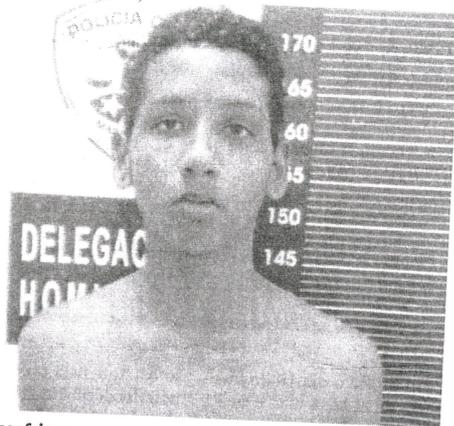
De acordo com o procedimento instaurado na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), Erik de Jesus e outras pessoas foram até a casa da vítima, arrastaram-na para fora de sua residência e execu-



Número de tiro disparado contra a vítima

taram-na com um tiro na nuca.

Após os procedimentos de praxe, Erik foi ouvido e encaminhado para o Centro de Triagem, onde estará à disposição da Justiça.



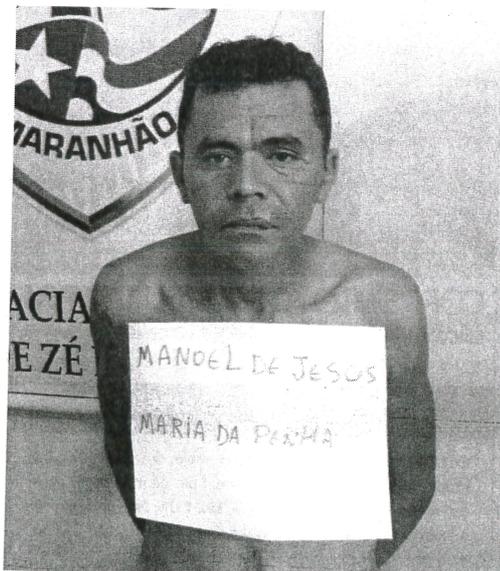
Erik Passos foi preso por ser suspeito de assassinar uma pessoa

"BRABÃO".....

## Ciumento cai de porrada na cunhada em confusão familiar

A Polícia Civil do Maranhão, através da 8ª Delegacia Regional de Zé Doca, prendeu em flagrante, pelos crimes de lesão corporal, ameaça e injúria, Manoel de Jesus Gomes, mais conhecido como "Manel",

de 37 anos. Motivado por ciúmes, Manoel Gomes agrediu a socos a cunhada de 42 anos. O fato ocorreu no quintal da casa da família, localizada na Rua da Torre, no bairro São Francisco.



Manoel de Jesus Gomes agrediu a socos a cunhada de 42 anos



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	24 / 01 / 2018	PÁG.	07 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## Jovem é preso após colocar tornozeleira na namorada

A Polícia Civil do Maranhão prendeu, na manhã desta terça-feira (23), Ismael da Silva Miranda, de 19 anos. Ele foi preso em casa, no Loteamento Boa Vista, em Timon, localizado a 428km de São Luís. Ismael ficou conhecido após romper a sua tornozeleira eletrônica e ter colocado em sua namorada, de apenas 14 anos de idade, durante as festas de fim de ano em 2017.

Segundo a polícia, nas redes sociais Ismael postava as fotos debochando do Estado e de suas instituições. Após o rompimento da tornozeleira eletrônica, a 2ª vara criminal de Timon decretou a prisão de Ismael. O delegado Humaitã Oliveira, da 18ª Delegacia regional de Timon, informou que Ismael já tinha retirado a tornozeleira outras vezes.

“Ele tinha conseguido a liberdade assistida mediante o uso de tornozeleira, mas descumpriu algumas obrigações. Então o juiz resolveu decretar a prisão preventiva. A tornozeleira e a namorada estavam com ele quando o prendemos. A tornozeleira estava em um cesto de roupa suja. Ele tirou, colocou nela, depois tirou e guardou nesse cesto de roupa suja.